



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2020
(Do Sr. ALEXANDRE FROTA)

“Determina que todo e qualquer valor apreendido em virtude de condenação na Operação Lava Jato, pelo Poder Judiciário seja imediatamente revertido à compra de vacinas e demais itens necessários para a imunização da população.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todo e qualquer valor apreendido em virtude de sentença judicial referente a operação Lava Jato pelo Poder Judiciário será revertido para o Programa Nacional de Imunização para a aquisição de vacinas para a imunização da população contra a doença conhecida como Covid 19.

§ 1º A aquisição de insumos e materiais necessários para a imunização da população da mesma forma poderá utilizar o valor que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A compra de vacinas será aquela que for aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive aquelas que tiverem sua aprovação emergencial, de acordo com a Lei 13.979 de 20 de fevereiro de 2020.

Art 2º O Poder Judiciário fará a liberação dos valores em favor exclusivamente ao Programa do artigo 1º desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

Apresentação: 09/12/2020 09:28 - Mesa

PL n.5437/2020

O Brasil atravessa a pior situação no seu sistema de saúde em virtude da pandemia do Coronavírus que tem levado a óbito milhares de pessoas e acometido tantas outras da doença da Covid 19, e estamos próximos a criação e aprovação da vacina.

O país tem gasto altíssimos valores no investimento de vacinas para conter este mal na população, este investimento só é possível através da carga tributária imposta ao brasileiro.

Os valores oriundos de sentenças judiciais em processos resultantes da Operação Lava Jato é uma forma para que se devolva ao brasileiro parte do valor da corrupção que se instalou no país. Esta operação ficou conhecida como a maior operação contra a corrupção no país.

A necessidade premente de disponibilizar o quanto antes de valores para a aquisição de vacinas, sejam elas quais forem, desde que aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mesmo que seja emergencialmente, é medida que se impõe neste momento.

Há a necessidade da liberação pelo Poder Judiciário destes valores, portanto o presente projeto de lei vem no sentido de buscar junto a este poder uma forma ágil de disponibilização de recursos para a imunização da população.

Certo de contar com o apoio de meus pares parlamentares, solicito a todos a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2020.

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

